

Crianças da rua: marginalidade e sobrevivência¹

João Sebastião

Resumo: O aparecimento durante a década de 80, na cidade de Lisboa, de grupos de crianças a viver na rua, veio chamar a atenção para as situações de exclusão e marginalidade infantil existentes na sociedade portuguesa. A fuga de crianças para a rua surge como o resultado de processos estruturais que provocam a degradação dos seus contextos de integração, nomeadamente na família e na escola, levando-os a procurar respostas na rua para a situação vivida. Confrontados com contextos fortemente agressivos desenvolvem estratégias que integram elementos da chamada cultura de pobreza e processos específicos de reorientação identitária, tornando assim possível a sua sobrevivência na rua..

1. Exclusão, desvio e marginalidade infantil

Os processos de segregação socioespacial, típicos do desenvolvimento urbano contemporâneo, constituem mecanismos de exclusão social cujos efeitos se repercutem de forma selectiva sobre determinadas zonas da cidade. As situações de exclusão fazem-se sentir aí com especial incidência, em particular através da existência de um espaço físico degradado, de extensas manchas de pobreza e processos de violência simbólica exercida sobre os seus habitantes, representando uma parte importante daquilo que Boaventura de Sousa Santos designa como o “terceiro mundo interno” (B. S. Santos, 1993: 17). Constituem “zonas intersticiais”, para usar a terminologia da Escola de Chicago, significando estas a retradução espacial das desigualdades existentes na estrutura social, lugares em que a acumulação de factores de exclusão e marginalização contribuem ainda mais para reforçar as características estigmatizantes já atribuídas aos grupos

em situação de pobreza. O conceito de subclasse expresso por William J. Wilson (1993) dá bem o sentido do processo de marginalização nestas áreas. A fuga das elites locais e das camadas de classe média, conjugada com a crise no mercado de trabalho, conduzem a um progressivo isolamento e ao enfraquecimento dos laços e redes de relações com o exterior. Viver num espaço desqualificado em termos urbanos representa viver num espaço com uma carga simbólica negativa muito forte, onde a disponibilidade e possibilidade de mobilização de recursos materiais e relacionais é reduzida (J. Remy, e L. Voyé, 1976).

Este quadro agrava-se quando falamos das crianças que aí habitam. O nascimento e desenvolvimento em contextos marcados pela pobreza deixa poucas alternativas, colocando-as numa situação de vulnerabilidade, em particular quando os mecanismos de socialização têm dificuldade em desempenhar cabalmente as suas funções integradoras.

A reprodução da pobreza não se relaciona apenas com a não transmissão de bens materiais, embora este seja o seu aspecto mais visível, ela diz também respeito a uma herança alargada de representações, atitudes, valores e saberes práticos que são fundamentais para os jovens tentarem antecipar possíveis quadros de vida. Integrando famílias cujos modos de vida poderemos caracterizar como oscilando entre a *destituição* e a *restrição* (J. F. Almeida e outros, 1992), as crianças vivem quotidianos marcados pelo imediatismo, a insegurança e a imprevisibilidade. Existe então uma pressão para a sua autonomização precoce, no sentido de serem capazes de alcançar (ou pelo menos ajudar a família a conseguir) os meios do seu sustento e satisfazer progressivamente as suas necessidades de forma independente. Surgem neste caso determinadas grupos marginalizados como os vendedores ambulantes, os ciganos (Nunes, 1981), algumas camadas de operários e trabalhadores não qualificados com emprego precário, sendo a gestão do quotidiano feita entre a carência e o excesso (Benavente e outros, 1987; Almeida e outros: 1992).

A existência de experiências de insucesso escolar, cumuladas com o frequente abandono precoce da escolaridade, contribuem para o reforço dos factores que levam à manutenção das crianças e jovens em situações de pobreza e marginalização social. A não aquisição, através da Escola ou de outro sistema de formação, de instrumentos para competir por um lugar no mercado de trabalho, é um obstáculo significativo para o estruturar de futuros alternativos à situação de precariedade em que se encontram, tendo fortes consequências negativas na integração no mercado de trabalho e no próprio processo de transição para a vida adulta (J. Coleman e T. Husén, 1990).

Este quadro pode levar à constituição ou integração em redes de relações alternativas como tentativa de alcançar alguns dos objectivos

culturalmente valorizados. A colisão entre as restrições de contextos familiares e locais marcados pela precaridade e uma sociedade fortemente valorizadora do sucesso individual e material constitui, sem dúvida, um forte incentivo para tal.

Há em certos meios uma linha pouco definida entre o legal e o ilegal, constituindo a deriva entre ambas uma situação corrente e mesmo tolerada pelas gerações mais velhas, como constatou J. Machado Pais (J. M. Pais, 1990). A chamada de atenção para que os comportamentos desviantes pressupõem uma mudança de estatuto, como resultado de um processo de designação, realça a importância da actuação das agências de controlo e produção de normas e do seu papel no estabelecimento dos limites entre a “normalidade” e o “desvio”. A tentativa de normalização das práticas, através da cada vez maior regulamentação da vida privada dos cidadãos, constitui um facto que pressuporia a mudança dos seus quadros de referência, o que nem sempre é partilhado ou visto positivamente por estes.

O processo de mobilidade espacial dos bairros periféricos em direcção ao centro encontra-se em íntima ligação com as trajectórias sociais destes jovens e grupos sociais pobres, migrantes para quem as promessas de melhoria das condições de vida ficaram por realizar. A sua instalação na zona central da cidade, como que atraídos pelo “caleidoscópico imagético” que este constitui (W. Rodrigues, 1992), utilizando para isso prédios degradados ou carros abandonados, constitui um movimento paralelo e clandestino da progressiva gentrificação.

As trajectórias percorridas por estes grupos de crianças das várias zonas da cidade e periferia levantam ainda a questão de saber de que modos se produzem esses espaços que fazem *periferia no centro da cidade* (L. Rolleau-Berger, 1989). Estas crianças vêm ocupar zonas da cidade marcadas pelo anonimato, que têm vindo a perder o seu lugar como espaço de identidade, relacional ou histórico — antigas praças transformadas em parques de estacionamento, ruas onde já não se pára porque as lojas se transformaram em agências bancárias, etc. A apropriação desses espaços públicos traduz-se então num fenómeno de privatização, em que o delimitar de fronteiras constitui uma forma de identificar os semelhantes e gerir os recursos potenciais (trata-se aqui de recursos eventuais e incertos). Transformam, desta forma, espaços descaracterizados em “lugares antropológicos” (M. Augé, 1993), cuja apropriação é uma modalidade fundamental das práticas colectivas e individuais e do processo de construção da identidade destes grupos de crianças. É ao mesmo tempo princípio de sentido para os que o ocupam e de intelegibilidade para os que observam.

Contrariamente às visões correntes, nem sempre os grupos são constituídos por crianças em ruptura total com a família ou vítimas de aban-

dono. Mostram os poucos estudos existentes que a estada das crianças na rua pode apresentar diferentes gradações, sobrevivendo apenas uma minoria de forma totalmente independente e mantendo a grande maioria ligações pelo menos com um dos familiares mais directos — pai, mãe, avó (L. Aptekar, 1989a, 1989b ; R. Lucchini, 1990, 1991 ; L. Moselina, 1989, 1991; W. Myers, 1989 ; R.E. Silva, 1992). Estar na rua não é para muitos uma situação nova, esta não lhes é estranha, podendo a permanência na rua em certos grupos constituir mesmo um contexto central de socialização e de construção da autonomia individual da criança. Este aspecto é aliás reforçado pela constatação generalizada nos vários estudos de que quase 90% das crianças da rua são rapazes, permanecendo a casa para as raparigas como espaço de referência. Lewis Aptekar considera ser a autonomização precoce um dos elementos das culturas de pobreza, onde cedo as crianças são chamadas a assumir responsabilidades familiares, tomando conta dos irmãos ou sendo desde pequenas autorizadas ou incentivadas a encontrar na rua parte dos recursos inexistentes em casa (dos brinquedos à alimentação) (L. Aptekar, 1989a). É contudo de ter em atenção a importância dos efeitos situacionais, que podem ter um papel importante na ida para a rua (B. McCarthy e J. Hagan, 1992). A fuga a um conjunto de situações adversas (pobreza, violência familiar, insucesso escolar e conflitos com colegas e professores) pode simplesmente dar origem à queda noutras ainda mais graves (toxicodependência, exploração sexual, agressões, etc.), reforçando a integração em redes de tipo marginal.

A deriva entre a família e a rua constitui para a criança um processo de aproximação progressiva à vida da rua. Começa a estruturar-se uma carreira de criança da rua que consiste na transição, nem sempre totalmente realizada, entre dois pólos: de um lado o contacto com a rua, mas integrado na família e com relações frequentes e intensas com adultos significativos (pais, vizinhos, outros familiares); do outro, a ruptura quase total com a família e adultos, passando a viver de forma independente na rua. Entre ambos existem diversas situações intermédias que representam graus diversos de integração na vida da rua — da criança que passa o dia na rua a angariar recursos e geralmente regressa à noite a casa até às que alternam pequenos períodos de fuga na rua com outros de regresso a casa.

Este processo de integração é fundamental para a estruturação da identidade da criança da rua. O contacto progressivo com a rua exige-lhe que se ressitue face aos novos contextos de integração, levando-a a construir uma nova imagem de si. A existência ou não de relações estáveis com os adultos (em particular afectivas), o tipo de experiências feitas na rua e as competências sociais adquiridas, são elementos fundamentais dos

seus modos de adaptação e do processo de reestruturação da sua identidade individual e colectiva.

2. Marginalidade e sobrevivência

Com a ida para a rua o assegurar da sobrevivência quotidiana constitui o problema central que qualquer criança da rua tem que enfrentar. Podemos dividir em dois grupos o tipo de práticas quotidianas ligadas ao assegurar da sobrevivência na rua:

- As primeiras ligadas à identificação e angariação de recursos;
- As segundas ligadas às práticas de consumo e lazer.

A identificação e angariação de recursos constitui para estas crianças o principal problema a resolver, pois a sua imprevisibilidade obriga a um esforço constante, levando-as a socorrer-se de diferentes alternativas, muitas delas socialmente consideradas como não legítimas. Para isso, precisam de desenvolver e treinar um conjunto de saberes e aptidões individuais e sociais, que realçam um agudo sentido de observação, autonomia, cooperação e capacidade de tomada de decisão, essenciais para aproveitar as oportunidades disponíveis ou surgidas casualmente. A aprendizagem de tais capacidades desenrola-se tanto na rua como na comunidade de origem, onde muitas vezes se contacta com problemas e formas de os solucionar semelhantes.

Durante o processo de transição na rua, frequentemente ainda no bairro de origem, as crianças realizam experiências sobre diferentes formas de ultrapassar os constrangimentos materiais a que estão sujeitas, como roubar roupa nos estendais, arrumar carros ou assaltar colegas na escola. Estas formas de acesso a bens de consumo que se encontram vulgarmente fora do seu alcance transformam-se em práticas que são vistas, se não como “normais”, pelo menos como possíveis. A transformação de práticas pontuais em situações correntes foi por nós verificada em vários momentos e locais da AML, existindo crianças que “aproveitam” o intervalo da escola para pedir algumas moedas na bomba de gasolina situada perto ou a saída para assaltar os colegas.

A plena integração na rua constitui uma importante alteração qualitativa, pois representa a orientação dominante para estratégias de sobrevivência que se apoiam preferencialmente em redes de relações sociais marginais. O contacto e integração em grupos já existentes proporciona uma série de aprendizagens que possibilitam o aproveitamento das várias oportunidades, reforçando contudo o processo de marginalização. Estas

aprendizagens e experiências são aliás importantes na orientação futura face aos problemas de obtenção de recursos.

Pronto, 'tava com fome, eu não sabia nada, praticamente... e depois via os outros, depois... tive que fazer o que os outros faziam, mais ou menos...

(E 6)

(...) a gente tinha facas, assim ponta e molas, tirávamos assim estas borrachas (das montras) aqui, ou então metíamos fita cola, depois partia-se (o vidro), depois entrava-se lá dentro...

P — *Onde é que aprenderam esses truques?*

R — *Foi com um moço, tava com a gente e mais dois moços, eram maiores, foram para uma loja... a gente fomos com eles... vimos eles a catar e eles disseram qu'era p'a gente ficar a controlar se vinha bôfia, depois a gente avisar, só que não veio bôfia, a gente apanhámos... ó depois fomos dividir...*

(E16)

Esta orientação fica bem clara quando analisamos as formas utilizadas para assegurar a sobrevivência, sendo nítido que o recurso a alternativas marginais domina, oscilando estas entre a prestação de pequenos serviços e a geralmente pequena delinquência, embora o contacto com formas mais violentas de angariação de recursos também exista (Quadro 1). Esta constatação é aliás concordante com as Estatísticas da Justiça, correspondendo a maioria das sanções aplicadas relativas a infracções penais, embora com o conjunto de situações ligadas à desinserção familiar em franco crescimento, isto para um total de casos sem grandes oscilações (Estatísticas da Justiça, 1991; 1993).

Paralelamente à actividade mais importante que é arrumar carros, o recurso a roubos (lojas, habitações e automóveis) e assaltos (pessoas) representa uma segunda forma importante de obter recursos. Pode-se mesmo referir a existência de uma forte relação entre a permanência prolongada na rua e o contacto (mesmo que pontual) com a obtenção de meios de sobrevivência utilizando formas violentas. Estas podem realizar-se de forma planeada ou apenas de acordo com uma oportunidade surgida no momento. “Andar nas fezadas” ou “fazer rajá” representam formas de codificação de actividades que implicam a conjugação de uma oportunidade e a opção pelo recurso a comportamentos já tipicamente delinquentes.

Quadro 1: Atividades desenvolvidas pelos entrevistados para angariação de recursos

Actividade principal ↓	Actividade acessória ↓				Total
	Mendicidade	Pequenos serviços	Roubos	Assaltos	
Mendicidade	—	2	—	—	2
Pequenos serviços	—	6	5	2	13
Roubos	1	—	1	1	3
Assaltos	1	—	—	2	3

(...) há outros que são uns g'andas velhos... mas esses a gente dava-lhes surra mesmo... sempre à sexta-feira qu'eles iam lá a gente robava sempre ele... sempre fazíamos a folha a eles. A gente mandava o puto ir lá, né, o puto vai lá... o velho saía do carro a gente vínhamos todos, apanhávamos o velho, uma paulada dava para tirar a carteira... uma vez robamos cento e tal contos, duma vez.

(E 12)

(...) a gente ia fazer rajá p'ra muitos sítios assim onde é que havia poucas pessoas, nas velhas... nas pessoas, homens, assim... a gente chegava aqueles dois putos pequenos, uma vez meti aqueles que tinham sete anos, meti eles a tirar dinheiro de um homem que estava sentado num banco...

(E 17)

P — *O que é que faziam durante o dia?*

R — *Olha... comíamos, andávamos por aí, brincar... andávamos por aí a ver se víamos algum beto.*

P — *E o que é faziam se vissem algum beto?*

R — *Olha!... fazíamos-lhe a folha... robava-lhe a roupa... os ténis, dinheiro, chapéus... blusões, camisas, tudo o que viesse à mão...*

(E 9)

A existência num dado contexto de determinadas condições — actividade, oportunidade, adversário, vítimas, bens — que proporcionam estímulos situacionais é considerada, por Birkbeck & La Free, como um elemento fundamental para que os comportamentos designados como delinquentes se possam verificar (C. Birkbeck e G. La Free, 1993: 114-116). A estes estímulos situacionais poderíamos acrescentar o papel desem-

penhado pelos contextos socializadores em que as crianças se encontram inseridas, em que circulam sistemas de valores e representações que poderão favorecer ou penalizar o aparecimento desses tipos de comportamentos. Se não existem relatos de integração em grupos com objectivos puramente delinquentes (que fazem da delinquência uma profissão) a pressão exercida pelo contacto diário com essa realidade e as necessidades de sobrevivência levam a aproveitar todas as oportunidades que surjam.

Uma vez só tavamos dois lá em (...), ó pé da estação, 'tava lá um quiosque, 'tava lá um gajo maior do que nós , 'tava a roubar, nós vimos mas deixámos ele abrir, depois fomos lá e dissemos que se ele não deixasse íamos dizer à polícia... ele deixou-nos, tirámos dinheiro, bué de pastilhas... depois basámos, fomos p'ó Campo das Cebolas... depois de manhã fui à casa da minha mãe, dei à minha irmã p'a guardar o dinheiro, maços de tabaco e pastilhas .

(E 14).

Num quotidiano com estas características a presença da violência surge de forma mais ou menos regular. As crianças são vítimas de assaltos feitos por outros grupos, de práticas violentas de alguns polícias e dos conflitos internos ao seu próprio grupo. Se os conflitos entre grupos promovem o imediatismo na gestão do quotidiano, a presença da polícia é vivida como uma ameaça permanente, raramente assumindo um papel positivo, antes contribuindo para o aprofundar da marginalização. Agressões físicas, fazer flexões em número variável, passar a noite sem poder dormir são algumas das práticas usadas numa das esquadras de Lisboa para “enfrentar” o problema das crianças da rua.

Se aparecer um polícia, se eu tiver ali, eu 'tou deste lado fujo logo p'ró outro lado... se ele me chamar fujo. Fui p'á esquadra só duas vezes ainda... foi uma em Cascais e outra foi aqui na esquadra da Praça do Comércio. Na esquadra da Praça do Comércio bateram-me, em Cascais queriam-me bater, prontos, só que não chegaram a bater... porque não tinham razão. Muitas vezes levam-nos e gozam connosco na esquadra, levam-nos agora a esta hora, só saímos às seis da manhã e não nos deixam dormir. Uma pessoa tá com sono, né, 'tá tarde, 'tá quase a dormir acordam-nos e... ameaçam bater-nos, e muitas vezes batem.

(E 7)

Também a necessidade de manter em segredo uma boa parte das actividades desenvolvidas leva, no caso dos grupos que utilizam os rou-

bos e assaltos como forma principal de angariação de recursos, a que sejam bastante reservados nas admissões de novos membros.

P — *Se aparecesse um rapaz novo deixavam-no andar com vocês?*

R — *A gente não conhece... podem ser chibos (da polícia).*

P — *Mas havia lá rapazes assim ?*

R — *Sim, o (...) ia contar na esquadra, os bófiás alguns dava-lhe bicicleta...*

(E 15)

O contacto com diferentes práticas e ameaças sexuais (prostituição masculina e feminina) representa um terceiro elemento potencial de violência na rua, em particular para as crianças mais pequenas. Face às ameaças de alguns pedófilos o grupo representa uma forma de auto-defesa e de segurança.

P — *Qual foi a pior coisa que te aconteceu na rua ?*

R — *Foi um homem seguir-me... não foi este da mota, foi um velho. Sempre qu'eu corria ele corria também (...). 'Tava sozinho, depois eu encontrei mais amigos grandes e ele fugiu... aqueles amigos tinham umas facas assim... eles só tiraram a faca, era de ponta e mola, o velho viu aquela faca toda assim, eu disse "É aquele", o velho fugiu, a dar cambalhotas, a levantar-se...*

(E 17)

Espaço, mobilidade e hierarquias sociais

Um elemento fundamental na análise das estratégias quotidianas de sobrevivência é constituído pela forma como se estruturam as suas práticas espaciais. Originários de espaços periféricos fortemente segregados com condições de vida bastante degradadas, a procura do centro da cidade representa a atracção simbólica de uma zona que ostenta os símbolos do poder e da riqueza. Ministérios, monumentos, sedes de bancos, lojas de luxo e de design de vanguarda, bares e discotecas da moda convivem numa malha urbana de onde os restos da antiga cidade vão sendo progressivamente expulsos pelo processo de renovação urbana — actividades económicas menos rentáveis ou em desuso desaparecem ou são empurradas para zonas menos nobres da cidade e periferia.

Desse espaço fortemente estruturado fazem parte zonas que pela sua localização e função não têm sido até agora alvo de grandes intervenções

ou renovações urbanas, o que lhes fornece um estatuto marginal dentro da dinâmica de crescimento urbano. Falamos de praças (ou partes) ocupadas por estacionamento durante o dia (Praça do Comércio, Largo do Corpo Santo, Terminal, Saldanha, Cais do Sodré), espaços públicos com uma utilização fortemente pendular. Da mesma forma certas artérias junto de zonas de diversão nocturna, que constituem diurnamente espaços de passagem, com a chegada da noite transformam-se em gigantescos parques de estacionamento (caso da Av. 24 de Julho ou a zona de Alcântara). Outros locais utilizados, como os parques dos grandes supermercados da periferia (Amadora, Linda-a Velha, Cascais), relacionam-se com estes dentro de uma lógica metropolitana, existindo casos de algumas crianças que circulam regularmente por eles.

Representando estes espaços pontos de referência para as crianças, não é de admirar que as suas práticas espaciais também se estructurem em seu redor. Impossibilitados de se afastarem durante períodos longos pela imprevisibilidade e precaridade dos recursos, a sua mobilidade é restrita a deambulações pela cidade, curtas idas à praia (Estoril/Costa da Caparica) ou ao bairro. Em alguns casos pontuais verificaram-se idas ao Algarve, sendo rápido o retorno, pela constatação da impossibilidade de aí conseguirem assegurar a sobrevivência com os recursos disponíveis ou por serem alvo das atenções policiais.

P — *Então diz lá brincadeiras que façam de vez em quando?*

R — *Ah, andar pendurado nos comboios e nos eléctricos, até às paragens que nos der na maluca.*

P — *Qual foi o sítio mais longe que vocês foram?*

R — *O meu foi ao Algarve. Tive lá dois dias e depois vi-me embora. Onde eu tive (Faro) não dava para arrumar carros, não conhecia nada daquilo.*

(E 2)

A constatação de que o fenómeno crianças da rua tem dificuldade em reproduzir-se fora do seu contexto social original (em todos os relatos de saídas para outras zonas se verifica essa incapacidade), realça a importância da análise dos modelos específicos de exclusão social existentes na metrópole lisboeta. É de referir que esta circulação das crianças se faz apenas em casos particulares, sendo a sua principal característica a *permanência*, resultante da verdadeira “privatização” que operam dos espaços através do seu fechamento relativo a estranhos ou crianças provenientes de outros locais. Este fechamento é tanto maior quanto mais central é o espaço e significativos são os recursos potenciais de cada um, podendo

mesmo falar-se da existência de uma hierarquia dos espaços apropriados pelas crianças da rua. Esta hierarquização está intimamente ligada às idades e aos recursos. Nos locais centrais (Praça do Comércio, Terminal e uma parte da 24 de Julho) são grupos com idades médias mais elevadas que dominam, sendo as outras zonas apropriadas por grupos de crianças mais novas, com menores capacidades físicas para impor a sua presença e o fechamento do seu espaço. O delimitar de fronteiras oscila entre o quase bloqueio ao exterior, com fracas modificações na composição dos grupos (Praça do Comércio e Terminal), e a maior abertura e rotatividade das presenças (Largo do Corpo Santo, Santos, Campo das Cebolas).

O fechamento dos espaços a outros grupos de crianças surge como um elemento importante nas estratégias de sobrevivência na rua. Perante a imprevisibilidade e escassez dos recursos este significa uma forma de preservação e regulação da sua utilização e, não menos importante, de auto-defesa perante ameaças exteriores (outros grupos, polícias, outros adultos). Este quadro de condicionantes leva a que mesmo em algumas situações as amizades mais antigas estabelecidas no bairro de origem sejam dissociadas das situações de angariação de recursos (arrumar carros, geralmente).

R — *Normalmente não deixamos arrumar porque... o parque é grande, entram e saem muitos carros, 'tás a ver, aquilo dá para se orientarem todos mas é os que já cá andam cá, 'tás a ver (...) agora se vierem mais é que já não dá... é a mesma coisa que eu, um dia fui arrumar p'rás Amoreiras, como não 'tou habituado a arrumar lá houve um gajo que estrilhou comigo e eu... eu só tive que sair, porque eu também faço o mesmo aqui na Praça do Comércio...*

P — *E os teus amigos lá do bairro?*

R — *Como já te disse há muita gente ali a'rrumar e não convém trazer mesmo que seja amigos... lá do meu bairro eu não trago ninguém, venho sempre sozinho.*

(E 4)

A presença no terreno possibilitou ainda realizar observações que forneceram informações relevantes para a análise da estruturação interna desses espaços. Esta constitui um misto de causa e consequência, correspondendo às situações de elevado fechamento a existência uma trama de relações muito densa e estruturada sobre a qual se apoia, acontecendo o oposto nas situações pouco estruturadas. Tal situação ficou particularmente ilustrada por um incidente que presenciámos na Praça do Comércio, que mostra como um determinado espaço estruturado institucionalmente

pode ser apropriado por grupos que estabelecem sistemas de regras informais, definidas e aplicadas nos seus preceitos e punições com quase tanta eficácia como as normas institucionais.

O incidente resultou do conflito pela prioridade de arrumar uma auto-caravana de matrícula espanhola, à partida sinónimo de boa gorjeta. A definição de quem arruma determinado veículo concretiza-se num singular processo de negociação à entrada do parque de estacionamento, através do gritar bem alto para os outros que carro se vai arrumar, processo de negociação “em contínuo” que implica perspicácia para identificar os automóveis que potencialmente poderão proporcionar melhores gorjetas. Procura-se assim o consenso sobre tal pretensão, que pode ser contestada em algumas situações (a mais frequente é a que modifica a ordem da fila de crianças junto à bilheteira, o que provocaria uma distribuição desigual dos proventos), de modo a regular a “posse” dos veículos, reduzindo eventuais conflitos que inviabilizariam a continuação da actividade. Depois de aceite a pretensão esta é cumprida de forma mais ou menos estrita, encarregando-se o grupo de a fazer cumprir. O conflito surgiu precisamente do não cumprimento desta regra básica (outras existem, acerca do relacionamento com os automobilistas que não dão gorjetas ou sobre riscar pinturas dos automóveis). Já com a auto-caravana estacionada, surgiu um segundo arrumador que procurou disputar a gorjeta, gerando assim uma discussão que levou os turistas a afastarem-se rapidamente, gorando as expectativas de vários potenciais interessados. Depressa se reuniu um “tribunal” informal constituído pelas duas crianças envolvidas, os restantes membros do grupo, dois jovens ciganos que pretendiam vender fio dourado (por ouro) e elementos do grupo da outra entrada do parque, que também se sentiam lesados com a discussão por esta afastar os “clientes”. O que se seguiu foi um forte reafirmar das regras de apropriação colectiva do parque, regras não escritas mas que ali possuem valor de lei, mostrando ao prevaricador (com algumas ameaças de agressão como suporte) as consequências da repetição do seu acto. Após muita discussão o indivíduo desviante acabou por claramente reafirmar o valor da regra, o que permitiu o regresso de todos à rotina anterior.

Este incidente crítico forneceu um conjunto importante de informações acerca dos modos de apropriação dos espaços e das funções desempenhadas pelos grupos. A primeira ideia é de que o espaço se encontra dividido de forma complexa e complementar, de maneira a assegurar a subsistência a todos. À entrada do parque só se encontram arrumadores, dentro do parque é território dos vendedores (neste caso os ciganos, mas também os que vendem pensos rápidos) e a saída “pertence” a uma rapariga deficiente que vende lápis. Raramente este equilíbrio territorial é

quebrado por crianças a pedir às janelas dos carros na saída do parque, situação rapidamente desencorajada. Qualquer comportamento que ponha em causa o equilíbrio é censurado e mesmo punido, por ser ameaçador da fonte de recursos. Práticas como insultar condutores que não dão gorjeta ou riscar-lhes os carros são da mesma forma penalizados porque acabam por levar à intervenção da polícia e provocar a interrupção da actividade. Este tipo de regras reforçando a preocupação de gerir o espaço e os recursos de forma consensual, é aliás comum a outros locais sendo causa de variados conflitos.

Cada vez há mais na praça (Largo do Corpo Santo), só que 'tamos a correr todos com eles, cada vez aparecem mais só ressacados... um gajo quer fazer dinheiro pra comer não deixam... eu arrumo o seu carro, o sr... pronto, dá-me 100\$00, diga pra eu tomar conta do carro, vem um ressacado vê... vê assim um telefone, já parte o vidro, apanha o telefone e já vai, vem a polícia leva todos pra esquadra, vão dez pra esquadra que não fizeram nada, por esse que fez pagam todos .

(E 3)

Esta função integradora e reguladora desempenhada pelo grupo mostra que contrariamente às visões correntes as crianças não se encontram num vazio social; elas ressocializam-se dentro de redes alternativas de relações que lhes proporcionam apoio e reconhecimento.

Uma segunda e complementar noção de espaço é a que apresentam as crianças que não dependem directamente de um espaço concreto para sobreviver. Para aqueles que angariam recursos principalmente através de assaltos e roubos (a pessoas, lojas, residências, etc...) a noção de espaço altera-se, sendo mais ampla e fluida pela necessidade de procurar oportunidades sem se restringirem a uma única zona (o que rapidamente os denunciaria). Vaguear pela cidade e arredores constitui a sua principal característica, embora mantenham pontos de referência onde se encontram regularmente com outras crianças.

Por oposição à ideia de um espaço anómico, marcado pela dissolução dos vínculos sociais, o que nos surgiu foram divisões mais ou menos claras dos espaços, em que divisões físicas e hierarquias sociais são continuamente objecto de reafirmação e negociação, constituindo os conflitos momentos centrais de reafirmação das regras.

A gestão do quotidiano

Tendo como constante a violência e a precaridade dos recursos, o quotidiano destes grupos de crianças e jovens caracteriza-se, como aliás já surge de forma parcelar nos pontos anteriores, pelo *imediatismo*. Esta forma de gerir o dia-a-dia constitui uma estratégia central para assegurar a sobrevivência, a par com as formas de apropriação dos espaços públicos e modos de angariação de recursos. O imediatismo surge como a adaptação dos modos de vida dos grupos de crianças a um contexto extremamente desfavorável, pois se em certos momentos os recursos angariados até podem ser significativos isso acaba por se transformar numa desvantagem. Possuir bens materiais transforma a criança em alvo potencial de outros grupos, em especial dos toxicodependentes sempre necessitados de mais meios. Esta estratégia, misto de destituição e convivialidade (J. F. Almeida e outros, 1992 : 106-107), leva a viver de acordo com o momento, sem qualquer estratégia a médio prazo, procurando apenas satisfazer as suas necessidades imediatas. Só encontramos variações a este padrão num grupo com um maior grau de formalização (possuía nome, local regular para dormir, um líder incontestado, realização de pequenos projectos). Normalmente a utilização dos recursos é feita de forma imediata, limitando-se a utilização da poupança ao guardar dinheiro para a refeição seguinte, e a alguns consumos ligados ao lazer (cinema, salões de jogos).

P — *Qual é a coisa que achas melhor assim da vida na rua?*

R — *A melhor coisa ... é a união. (...) a gente às vezes estamos aqui ... vem os rapazes mais velhos, querem roubar... querem roubar um, a gente junta-se todos. Tá aí um rapaz barbudo... estes dois pisaram-lhe a cabeça... porque normalmente a maioria anda a dar no cavalo... então depois eles não conseguem fazer dinheiro suficiente p'a comprar e vêm-nos para cá roubar, só qu'a gente não deixa.*

(E 7)

Eu sempre tive dinheiro, por exemplo, faço hoje dinheiro... por exemplo, é noite, faço dinheiro sempre p'a de manhã... p'a tomar o pequeno almoço... depois ia logo direito na Praça do Comércio, estacionava carros, qualquer dinheiro que fazia ia ó supermercado ...

(E 11)

A noção de tempo baseia-se na sequência dos dias e das noites (sem grandes divisões) e na satisfação mais ou menos espontânea de algumas necessidades básicas (alimentação, repouso, lazer).

Os momentos de lazer integram-se nesta noção de tempo contínuo, não constituindo momentos distintos que impliquem a quebra das rotinas quotidianos, surgindo normalmente nos seus tempos mortos. Andar pendurado nos eléctricos, viajar de borla nos comboios (pela excitação de viajar em cima do comboio e da fuga ou conflito com os revisores), ir à *Feira Popular e salões de jogos vídeo, a cinemas populares de baixo preço* (como o Camões) no Inverno, ou à praia no Verão, constituem as principais formas de ocupar os tempos livres. Por vezes pregar partidas a outros habitantes da rua (geralmente idosos sem abrigo) constitui também forma de diversão.

P — *E o que é que faziam nessas voltas, era só olhar?*

R — *Não, a gente íamos né... curtíamos e depois à noite quando a gente quisesse ir p'ó cubículo vínhamos .*

P — *Se andavam às voltas depois não tinham dinheiro para comer, como é que faziam?*

R — *Prontos, a gente não pagávamos no comboio, não pagávamos no eléctrico, nada. (...). Uma vez ia cándo do comboio... tava a andar cá em cima né... depois o pica abre a porta de repente, eu tava assim distraído, o pica agarra-me o pé puxa-o... eu ia a cair... se não fosse o cabo de aço eu caía p'a baixo, pr'a debaixo do comboio...*

(E 9)

Fundamental para a reprodução da vida na rua é a capacidade para manter “vivo” um registo dos locais e situações que poderão aproveitar ou vir a necessitar. A realização aleatória de observações durante as deambulações pela cidade tem um papel central na identificação de potenciais recursos, sejam estendais com roupa de marca, casas e carros abandonados para pernoitar ou locais propícios às “fezadas”. Este conjunto de informações é particularmente importante no que diz respeito às casas para pernoitar, pela necessidade de regularmente encontrar uma nova.

Por exemplo, estou a dormir aqui hoje, 'tá aqui uma casa durmo aqui... prontos, posso dormir aqui dois, três anos, há-de ir um dia qu'há-de vir a polícia e fecha isto, prontos, apanhamos um comboio ou qualquer coisa, ou damos uma volta... normalmente não é preciso procurar... porque já sabemos onde é que há casas, já passámos por lá... já vimos, prontos.

(E 7)

Os “cubículos”, locais de pernoita geralmente situados em prédios abandonados nas zonas centrais da cidade ou Linha de Cascais, represen-

tam uma das facetas sociologicamente mais interessantes da vida na rua.

Verdadeiras comunidades autónomas de jovens, o seu espaço é muitas vezes partilhado por vários grupos e algumas raras por adultos sem abrigo. Descoberto o prédio e forçada a entrada, rapidamente a notícia se vai espalhando entre aqueles que partilham a vida na rua. A troca de informações acerca da localização dos cubículos deve-se à importância que estes possuem para as actividades quotidianas, pois fornecem um ponto de apoio e protecção, sempre postas em causa pela presença da polícia ou a instabilidade climática (no inverno).

Dentro dos cubículos a divisão dos espaços é em geral feita por grupos, embora existam situações menos formalizadas em que cada um utiliza o espaço disponível sem grandes restrições. A sua utilização pressupõe que os moradores respeitem um conjunto de regras, que têm como objectivo manter o espaço longe das atenções da vizinhança e da polícia pelo máximo tempo possível. Conseguir-lo implica entrar e sair de forma discreta e um baixo nível de barulho durante a permanência. Internamente o respeito pelas poucas poses dos outros é a regra fundamental, sendo o roubo fortemente censurado, podendo mesmo dar origem a conflitos violentos.

Aquilo não tinha lá ninguém, quem lá ia dormir, dormia... tem muitas camas, tinha lá colchões. O primeiro que chegasse e visse uma cama dormia. Não se podia fazer barulho por causa da polícia... se nos apanhavam ali... hum, hum...

(E 12)

R — *Assim cada andar tem um grupo... como por exemplo uns que fumam assim charro e outros que não fazem nada disso, só cigarros. Separávamo-nos p'a não nos viciarmos também nisso... nem no xamon, eu por acaso fumo um cigarro mas não muito... xamon não fumo, foi como a cola, já snifei, snifei... que larguei..*

P — *E lá dentro da casa mandava alguém?*

R — *Mandavam todos que 'tavam lá, aquilo não tem dono, quem leva as suas coisas manda nas suas coisas, só que não manda nas coisas dos outros.*

(E 3)

Os cubículos representam um ponto central da vida na rua pois constituem locais de socialização por excelência, contribuindo para estabelecer relações de conhecimento e entreatajuda entre os vários indivíduos e

grupos que partilham um mesmo espaço. Um segundo factor contribui ainda para a sua importância. Estes espaços dão um contributo fundamental para que cada criança se ressitue face às experiências dos vários contextos de socialização, redefinindo a sua identidade enquanto criança da rua.

Paralelamente aos cubículos outros locais fornecem abrigo às crianças. Durante o tempo seco o “quentinho” (boca de ventilação do Metropolitan na Praça da Figueira) constitui um importante ponto de encontro entre crianças, pois o ar seco e quente permite passar a noite de forma menos penosa. Este local constitui igualmente um ponto de referência para crianças recém fugidas de casa, por aí conseguirem contactar mais facilmente com os grupos já existentes. Este é, contudo, evitado pelos mais experientes, por ser um local onde a polícia frequentemente procura crianças em fuga, passando aí apenas uma parte da noite mas dormindo nos cubículos.

O outro recurso utilizado para pernoitar são os automóveis abandonados. A sua recolha regular pelos serviços municipais e a visibilidade que permitem levam contudo a que seja uma opção menos frequente.

Dormia no quentinho e num carro em Santos. (...). A gente também estacionava carros à noite, a gente depois andava a dar uma volta encontrávamos carros. Às vezes a polícia é que nos acordava... alguns diziam “p’á esquadra” outros “tá na hora de acordar, vão-se embora” depois a gente ia emboar... uns p’á esquadra, outros não...

(E 11)

Gerir os recursos leva também a conhecer os locais e instituições de quem se pode obter serviços e bens gratuitos ou de baixo preço. Saber que se pode gratuitamente cortar o cabelo, escolhendo livremente o tipo de corte, na Escola de Barbeiros em Santos, ou obter roupa na Igreja de S. Pedro; comprar calças a 300\$00 no Terreiro do Paço ou na Feira da Ladra e conseguir sapatos baratos no Martim Moniz, significa possuir um conjunto de informações que permitem gerir o quotidiano de forma adaptada aos recursos disponíveis.

A gente juntava dinheiro, íamos comprar roupa, sapatos... para comprar sapatos íamos ao Mundo do Calçado, aqui em baixo nesta feira ao pé do Terreiro do Paço as calças custavam pr’ái 300\$00.

(E 10)

Em síntese, a forma como o quotidiano é encarado mostra que estas crianças não vivem num universo anómico em que o vínculo social de-

sapareceu. Pelo contrário, da análise realizada surge um universo com uma configuração específica, resultante do tipo de relações sociais que aí se estabelecem e que “organiza, enquadra, sistematiza, codifica e regula-menta as práticas sociais que nesse quadro se verificam” (A.F. Costa, 1984: 24). As estratégias de sobrevivência utilizadas constituem formas eficazes de garantir a sobrevivência autónoma de crianças e jovens que, segundo as concepções dominantes, não se encontrariam em condições de o fazer. As lógicas associadas às estratégias de sobrevivência mostram que existem linhas de continuidade entre os contextos de socialização familiar, escolar e a rua. De salientar que a experiência da rua leva as crianças e jovens a contactar com práticas claramente delinquentes, situação que poderá levar à integração plena em grupos marginais empenhados nesse tipo de actividades.

3. Identidades marginais

Confrontadas com um conjunto importante de clivagens nos procesos de socialização familiar e escolar e integrados em contextos caracterizados pela situação de exclusão, as crianças da rua experimentam situações de interacção que favorecem a redefinição da sua identidade. Perante as mudanças operadas nos seus quadros de referência e os constrangimentos quotidianos, accionam um conjunto de procedimentos que contribuem para atingir o objectivo de sobreviver autonomamente na rua. A este conjunto de procedimentos poderemos chamar *estratégias identitárias* (M. Lipiansky e outros, 1990: 24) e representam um dos processos pelos quais as crianças reconstituem o seu mundo social. Não é de aceitar a visão psicologista que postula ser a identidade individual estruturada na infância, permanecendo estável nessa forma durante a restante vida do indivíduo, embora também não se possa considerar que se trata de um sistema aberto a qualquer mudança (o que não invalida a existência de margens de manobra mais ou menos amplas). Apesar das modificações por vezes profundas na identidade dos actores sociais, estes mantêm uma imagem de continuidade e unidade da sua identidade, o que lhes permite reconhecerem-se a si próprios e aos outros. Se a plena integração na vida da rua não implica uma profunda mudança nos modelos culturais, o mesmo não se poderá dizer dos papéis que cada um deverá desempenhar.

Como já vimos anteriormente existem nos contextos de socialização familiar destas crianças traços, como a imprevisibilidade, a violência e as experiências de iniciação aos códigos da rua, que contribuem para esta-

belecer uma linha de continuidade entre esses contextos e a vida na rua. Apesar dessa continuidade a vida na rua pressupõe que cada criança seja capaz de assegurar a sua sobrevivência de forma autônoma, exigência que obriga a modificações na concepção que possui de si mesma e das relações com os outros. Sabendo de forma espontânea a importância desse objectivo, os grupos de crianças que vivem na rua criaram alguns rituais de iniciação que se destinam a pôr à prova os recém-chegados. Estes rituais, ao mobilizarem de forma central determinados elementos enquanto verdadeiros *pólos de cristalização identitária* (I. Taboada-Leonetti, 1990: 46), possuem um papel decisivo na reorientação da identidade, representando um momento decisivo de adesão e reconhecimento dos objectivos do grupo. Sendo a vida na rua marcada pela dureza e a violência não admira que os rituais sobrevalorizem as demonstrações de valentia e resistência ao sofrimento, de modo a questionar a capacidade real de cada um dos iniciados para aguentar as diferentes situações com que se irá deparar.

Durante o trabalho de campo pudémos identificar alguns desses rituais, sendo uns destinados a testar a resistência à dor e outros às ameaças. “Acelerar”, condicionar a aceitação no grupo à ameaça de eventuais práticas sexuais homossexuais (para os rapazes) ou ser acusado de betinho e mantido à distância até demonstrar o seu valor, são algumas das formas utilizadas.

P — *Ainda te lembras da primeira vez que vieste para a rua?*

R — *Eu cheguei... fomos pr'á Praça da Figueira, era lá qu'a gente dormíamos no quentinho, depois aquilo andávamos sempre à'celerar, queimaram-me as calças, as pernas... acelerar quer dizer aleijar a gente, bater e coisas... quando a gente 'tamos a dormir eles apanham a gente distraídos, agarram em sacos de plástico, metem aquilo dentro das mangas, aqui das pernas... metem dentro dos sapatos, pegam fogo e aquilo começa a queimar... depois a gente acorda...*

(E 2)

P — *Foi difícil arranjar novos amigos nessa altura?*

R — *Foi, prontos, eles não tinham convivência com a gente, olhavam p'á gente assim numa maneira esquisita... diziam que a gente era betinhos, sei lá... depois a gente com o tempo vai-se habituando uns com os outros.*

(E 6)

Se os rituais proporcionam um momento importante para testar a capacidade de resistência e adesão aos códigos da rua, as estratégias

identitárias são ainda compostas por outros mecanismos que fornecem suporte e legitimação para as escolhas realizadas pelo grupo. Entre estas estratégias encontra-se a reafirmação constante da oposição betinhos/dreads e o sublinhar da importância do grupo, criando um sentimento de fusão afectiva no seu interior.

A oposição betinhos/dreads concentra em si um dos mais eficazes mecanismos identitários, pela capacidade que demonstra em provocar a adesão a uma concepção de si coerente com a identidade social das crianças da rua, sem que seja sentida uma ruptura na identidade individual. O “betinho”, mais que uma oposição de classe, representa aqui o “outro identitário”, o oposto que possibilita criar o próprio “eu” (individual e colectivo). O betinho é acima de tudo o que uma criança da rua não é nem pode ser — dependente dos pais, conformista, medroso, sem iniciativa.

P — *Para vocês o que é um beto?*

R — *Os meninos da mamã, que andam todos cheios de roupa de marca, que ainda ‘tão dependentes dos pais e das mães... qualquer coisinha andam sempre atrás do pai, vão c’o pai p’a todo sítio...*

(E 12)

P — *Então eles são betinhos e tu o que és?*

R — *Eu sou um rapaz, os betinhos são muito pequeninos e têm medo de tudo... um rapaz não tem medo de nada, é capaz quase de tudo!*

(E 17)

O “dread” (ou rapaz, nalgumas versões) representa a exaltação de um conjunto de qualidades de quem é capaz de sobreviver às contrariedades, assumindo as decisões que toma e uma forma independente de olhar para a vida. Para o dread os limites são aqueles que ele próprio e o grupo se auto-impõem.

P — *E antes de conheceres o (...) o que é que tu fazias?*

R — *‘Tava em casa, era um betinho... agora sou dread!*

P — *O que é ser dread ? O que é que um dread faz?*

R — *É ser bacano, fixe. Um dread ... olha ... fuma o seu cigarro descansado... faz tudo. (...). O dia do betinho é ir às aulas todas, depois vir-se embora p’a casa, jantar, caminha... agora o dread não... fica, não vai às aulas... come e não se deita, ‘inda vê televisão até às tantas e tal da manhã, isso é qu’ é ser um dread ... agora os betinhos não, os betinhos são roubados, agora os dreads não, os dreads...*

P — *E se aparecer um gajo maior que tu e te quiser roubar?*

R — *Vem-me roubar? ... Ai ... ai ... roubar-me... pode vir ele e trinta como ele, se eu não tiver mãos pr'a ele há pedras, há paus, há navalhas, há tudo... não tenho medo!*

(E 9)

Estes mecanismos assumem um papel central porque permitem agir sem que existam contradições internas na identidade do indivíduo, que provocariam uma ruptura na continuidade da história pessoal da criança e o deixariam sem capacidade de resposta às diferentes situações com que é obrigado a confrontar-se. Ser “dread” representa estabelecer uma relação coerente entre o actor social “criança da rua” e o meio social envolvente.

P — *Então diz-me lá uma coisa, tu não és beto mas gostas de andar com a roupa dos betos, não ficas parecido com um?...*

R — *Não é bem andar c'a roupa dos betos... aquela roupa é dread... a roupa é dread só qu'eles são betos de mais p'andarem c'aquela roupa... e nós somos dreads podemos andar c'aquela roupa...*

(E 9)

O processo de reconstrução da identidade possui na adaptação aos grupos de crianças da rua um factor com importância decisiva. Ao longo da pesquisa foi-se tornando claro que a identificação com a vida e códigos da rua era tanto maior quanto a integração num grupo se concretizava. Pertencer a um grupo obriga o indivíduo a ressituar-se de forma decisiva face aos contextos e experiências de vida anteriores, levando-o a criar uma nova concepção de si. Pudemos identificar vários grupos com ou sem nome — o grupo do Popey, o do Stallone, a Nova Rede, o grupo de Caxias, etc. — contudo o papel por eles desempenhado na protecção, angariação dos recursos necessários à sobrevivência e referente identitário era em geral semelhante. Da análise de um destes grupos surge mais clara a forma como funcionam os mecanismos identitários e que papel desempenha nesse processo.

A “Nova Rede” é um grupo de crianças da rua com cerca de 10 elementos que desenvolve a sua actividade no triângulo Corpo Santo/Santos/Lapa, espaço que partilha com outros grupos semelhantes. A sua particularidade reside no facto de possuir um banqueiro (o “assistente da Nova Rede”) que guarda e gere algum do dinheiro excedente. O grupo para além de fornecer uma base para a sobrevivência constitui um forte elemento identitário para os seus membros. O sentimento de pertença à

Nova Rede contribui decisivamente para que os seus membros se sintam integrados, pois reconhecem-se nessa imagem e sentem que são reconhecidos pelos outros. O grupo tem assim uma dupla função psicológica de integração e adaptação das crianças, fornecendo-lhes um conjunto mais ou menos estruturado de elementos identitários (o sentimento de eleição pela pertença ao grupo, um estatuto, objectivos identitários) que lhes permitem nas diferentes situações de interacção agir enquanto actores sociais possuidores de uma coerência própria.

Há um rapaz, dos qu'andam connosco é o mais velho... e ele é o assistente da Nova Rede... finge ser... depois por exemplo, a gente faz dinheiro aqui, n'é... damos tudo p'á mão dele... depois guarda... prontos, ele tem um bloco, assenta lá o dinheiro que fez... por exemplo eu dou 100, este dá-lhe 100... é tipo o nosso banco, quando a gente precisa diz-lhe: "Olha, dá cá tanto..." e ele aponta no papel quanto é que tirou, prontos... de confiança!

(E 7)

P — *É ele que decide o que vocês fazem, ele é que manda mais?*

R — *Às vezes, outras vezes não manda nada. Às vezes ele manda a gente fazer qualquer coisa, s'a gente gostar da coisa qu'ele mandou a gente faz, se não gostarmos... não fazemos...*

P — *Então e se ele vos quiser obrigar?*

R — *Obrigado meu, na hora ele não obriga ninguém.*

(E 2)

Pertencer à Nova Rede significa para estas crianças possuir um referencial identitário no qual se se reencontram e onde encontram muitas das funções integradoras normalmente desempenhadas pela família. A desestruturação dos contextos primários de socialização leva a uma situação de ruptura e agressividade que encontra no grupo uma forma de a criança se adaptar às novas situações de interacção.

P — *Então e (...) não é assim uma espécie de mãe para vocês?*

R — *Mãe, pai, tudo p'á gente ... quando há problemas ele é que trata dos problemas todos...*

(E 9)

O papel de referente identitário do grupo assume sentido para os seus membros deixando de o possuir para quem se situa no seu exterior, mesmo que partilhando o mesmo quadro de interacção. O sentido crítico dos

membros de outro grupo que partilhava o mesmo cubículo acerca da estrutura e objectivos da Nova Rede é disso prova.

R — *Às vezes o gajo tinha a mania que era esperto... punha os putos a roubar pr'a ele, roubar os velhos, no Metro... e mandava ir pedir dinheiro pr'a ele.*

P — *E o que é que tu achavas disso?*

R — *Eu achava que 'tava mal... ele podia ir-se orientar sozinho.*

P — *Porque é que achas que eles andam com o (...)?*

R — *Ficam mais protegidos na rua, de andarem na droga e quê... os que ele gosta mesmo, assim como se fossem irmão, ele não deixa.*

(E 12)

Adquirir a identidade de “criança da rua” resulta então deste processo de incorporação de elementos identitários produzidos em contextos de interacção marcados pela violência e a precaridade. Formando um todo funcional, rituais de iniciação, a auto-definição como “dreads” e a ligação ao grupo, constituem estratégias identitárias que facilitam a adaptação a situações desfavoráveis, permitindo às crianças redefinirem-se como actores sociais, gerindo algumas das escolhas e indeterminações a que estão sujeitos.

Conclusão

Ser criança da rua significa, pois, viver numa situação extrema. Excluídos da Escola, sem idade para integrar o mercado de trabalho (para o qual também não possuem qualificações), estas crianças e jovens estão presos num círculo que com dificuldade conseguem romper. Maioritariamente oriundos de grupos sociais pobres, a fuga para a rua lança-os numa situação marcada pela precaridade, a violência e a ausência de perspectivas de futuro, deixando-os entregues a si mesmos e à capacidade de sobrevivência que consigam demonstrar. Como resultado desenvolvem, com os limitados recursos que dispõem, estratégias de sobrevivência que incorporam processos de fechamento de alguns espaços marginais, o aproveitamento de situações inesperadas e a constituição de grupos. O desejo de preservação e afirmação de uma identidade autónoma suscitam o aparecimento simultâneo de estratégias identitárias, que permitem às crianças reconstruir e dar coerência ao seu mundo social.

Por oposição à ideia de um mundo anómico, o que encontramos foi um conjunto complexo de processos de recomposição do vínculo social.

Se bem que os grupos sejam capazes de gerar laços internos de tipo comunitário, eles mostram-se, contudo, ineficazes no despoletar de laços que os unam ao resto da sociedade, contribuindo para o aprofundar da situação de marginalidade em que se encontram.

A não ser alterado este contexto, ele constituirá o único quadro de referência durante o processo de crescimento e maturação. Saber até que ponto o contacto continuado com situações de violência e delinquência os poderá levar à sua transformação em delinquentes adultos, é algo que apenas um acompanhamento continuado poderá responder.

Notas

- 1 — Este texto tem como base o trabalho desenvolvido pelo autor no âmbito da Dissertação de Mestrado em Sociologia, pelo ISCTE em 1995. A sua versão completa poderá ser encontrada em Sebastião, João (1995) “Modos de vida marginais: o caso das crianças da rua de Lisboa” in *Infância e Juventude*, 95-2, Lisboa, Instituto de Reinserção Social.

Bibliografia

- Almeida, J. Ferreira e outros (1992) *Exclusão Social*, Oeiras, Celta.
- Aptekar, Lewis (1989a) “Characteristics of the street children of Colombia”, in *Child Abuse & Neglect*, vol.13, Pergamon Press,
- Aptekar, Lewis (1989b) “Colombian street children : gamines e chupagruesos”, *Adolescence*, nº96, San Diego, Libra Publishers.
- Augé, Marc (1993) *Los «no lugares». Espacios del anonimato*, Barcelona, Gedisa.
- Benavente, Ana e outros (1987) *Do outro lado da escola*, Lisboa, Rolim.
- Birkbeck, C. e Gary La Free (1993) “The situational analysis of crime and deviance”, *Annual Review of Sociology*, nº19 , Palo Alto .
- Camilleri, Carmel e outros (1990) *Stratégies identitaires*, Paris, PUF.
- Coleman, James e Torsten Husén (1990) *Tornar-se adulto numa sociedade em mutação*, Porto, Edições Afrontamento.
- Costa, António Firmino (1984) “Alfama : entreposto de mobilidade”, *Cadernos de Ciências Sociais*, nº2, Porto, Edições Afrontamento.
- GEP/ Ministério da Justiça (1991 ; 1993) *Estatísticas da Justiça*, Lisboa, GEP/MJ.
- Lipiansky, M. e outros (1990) “Introduction à la problématique de l’identité”, Camilleri, Carmel e outros, *Stratégies identitaires*, Paris, PUF.
- Lucchini, Riccardo (1990) “Identidade e sobrevivência: as crianças da rua no Brasil”, in *Infância e Juventude* 90-3 , Lisboa, DGSTM/MJ.
- Lucchini, Riccardo (1991) “Crianças da rua e drogas: consumo e toxicod dependência”, *Infância e Juventude*, 91-3 , Lisboa, DGSTM/MJ.
- McCarthy, Bil e J. Hagan (1992) “Mean streets: the theoretical significance of situational delinquency among homeless youths”, *American Journal of Sociology*, nº 98, Chicago, The University of Chicago.
- Moselina, Leopoldo (1989) *The situation of street children in ten cities*, Manila, UNICEF.
- Myers, William (1989) “Les enfants des rues: comparaison entre quatre études menées en Amérique du Sud”, *Revue International du Travail*, vol.128, nº 3 , OIT, Genève.

- Pais, J. Machado (1993) *Culturas Juvenis*, Lisboa, INCM
- Remy, J. e L. Voyé (1976) *La Ciudad y la Urbanizacion*, Madrid, Instituto de Estudios de Administracion Local.
- Rodrigues, Walter (1992) "Urbanidade e novos estilos de vida", *Sociologia — problemas e práticas*, nº 12, Lisboa, CIES/ISCTE.
- Rolleau-Berger, Laurence (1989) *Des microcultures et des jeunesses au centre et à la périphérie de l' espace urbain*, Marly le Roi, nº4, Document de l' Institut National de la Jeunesse
- Santos, Boaventura S. (1993) "O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semi-periferia: o caso português", in Santos, Boaventura S (org.), *Portugal, um retrato singular*, Porto, CES/Ed. Afrontamento.
- Silva, Rita E.(1992) *Os Meninos da Rua na Cidade de Lisboa: um fenómeno específico de exclusão social*, relatório final do Seminário de Sociologia Urbana, Lisboa, ISCTE.
- Taboada-Leonetti, Isabelle (1990) "Stratégies identitaires et minorités: le point de vue du sociologue", in Camilleri, Carmel e outros *Stratégies identitaires*, Paris, PUF.
- Wilson, W. J. (Org.) (1993) *The ghetto underclass - social science perspectives*, London, Sage.

João Sebastião. Sociólogo, assistente na ESE de Santarém. Investigador do CIES/ISCTE. Qualquer correspondência pode ser enviada para Escola Superior de Educação de Santarém, Complexo Andaluz, 2000 Santarém (Fax: 043.28569) ou Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Edº ISCTE, Av. das Forças Armadas, 1600 Lisboa (Fax: 01.7940074).